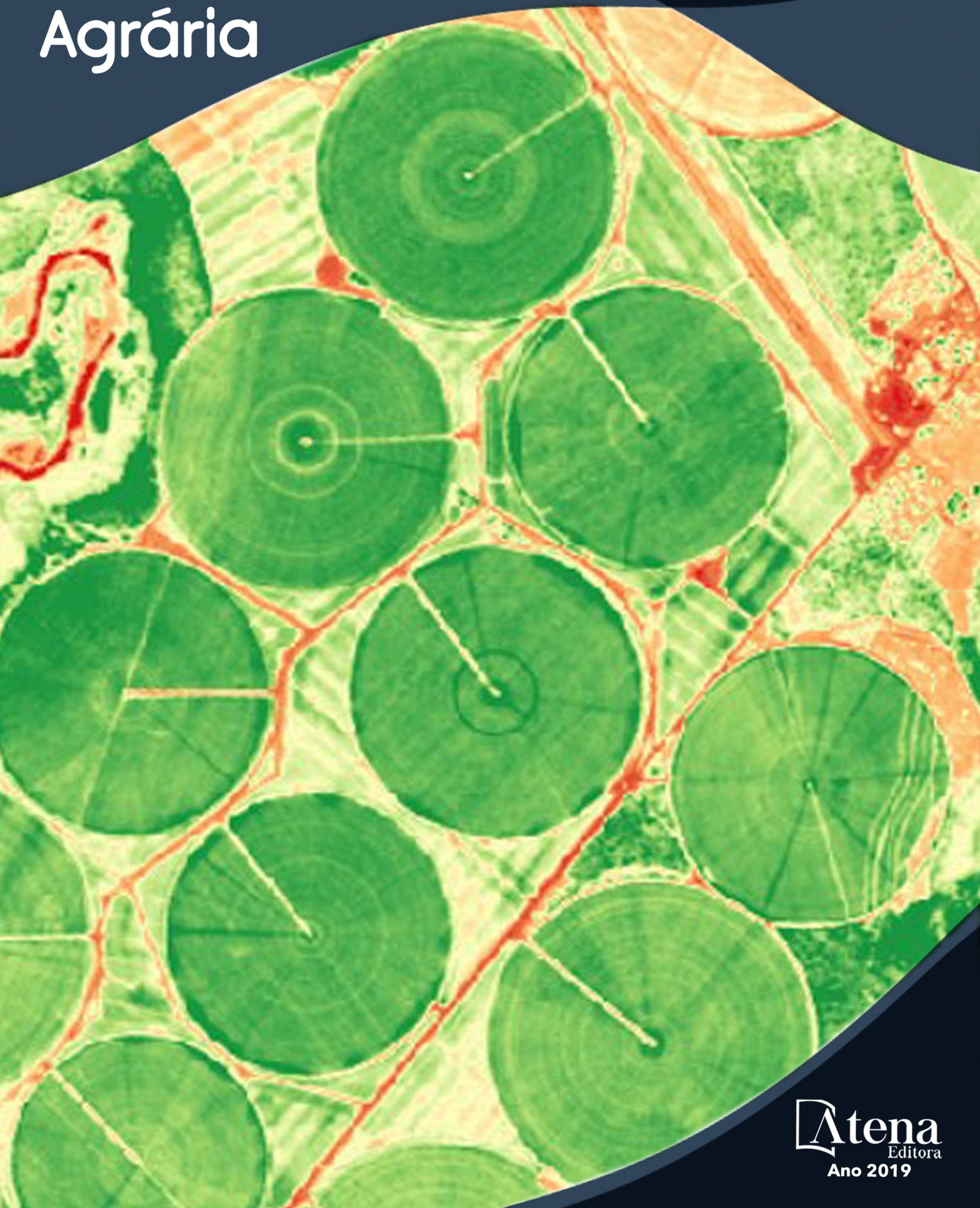


Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)

# Geografia Agrária



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)

# Geografia Agrária

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
G345	Geografia agrária [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-436-8 DOI 10.22533/at.ed.368192506  1. Geografia agrícola – Pesquisa – Brasil. 2. Movimentos sociais – Brasil. 3. Trabalhadores rurais – Brasil – Atividades políticas. I.Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.  CDD 630.981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

A Coletânea “Geografia Agrária” publicada pela Atena Editora está organizada a partir de uma breve divisão da diversidade regional brasileira e latinoamericana. Trata-se de uma leitura oriunda de diferentes pesquisadores e pesquisadoras para compreensão dos dilemas, conflitos e alternativas materializadas no campo.

O primeiro capítulo da Coletânea versa sobre os Conflitos por terra e território na obra cinematográfica de Adrian Cowell: uma Cartografia sangrenta da Amazônia, ou seja, remete apresenta a interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas, sobretudo, pelo campesinato nesses registros cinematográficos que tratam da Amazônia Legal brasileira.

Os capítulos 2 ao 6 representam o Nordeste brasileiro e sua diversidade e conflitos inerente ao campo e as práticas socioterritoriais. As discussões versam sobre os conflitos socioambientais: o caso de Suape no litoral sul de Pernambuco, a institucionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar como geração de renda para as mulheres do meio rural: um estudo de caso das Mangabeiras em Japaratinga-SE, Territórios da Cidadania Alagoanos do agreste e bacia leiteira, Caminhos para regularização fundiária de assentamentos em terras públicas e estatais em áreas pequenas e médias no entorno de centros urbanos: experiência de Vitória da Conquista-BA e a Reforma agrária no Brasil e a questão fundiária: conflitos e resistências a partir de uma experiência em Pernambuco.

Já os capítulos 7 e 8 debatem respectivamente, os distritos e aglomerados rurais de Buritizeiro – MG a partir da possível emancipação e os Conflitos por terra e água no rio São Francisco a partir de uma fecunda análise da territorialidade dos pescadores(as) a partir dos intensos processos de resistências ao buscar a reapropriação física dos territórios pesqueiros.

Ainda sobre os estudos e pesquisas inerentes ao Centro-Sul, os capítulos 9 ao 12, tratam da Reestruturação do território agrário de Nova Iguaçu – RJ, Neoextrativismo e estrutura fundiária: considerações sobre o desenvolvimento desigual no Planalto Norte de Santa Catarina - Brasil, Posseiros e Assentados da Ribeirão Bonito e o MST no Pontal do Paranapanema-SP e A linha de desmontagem no frigorífico de frango: o trabalho e a saúde dos trabalhadores da Nutriz em Pires de Rio-GO.

Por fim, o último capítulo da Coletânea, intitulado - A questão agrária na origem das migrações haitianas apresenta uma leitura sobre o país caribenho e a sua trajetória marcada pelas migrações. Nota-se ainda uma interpretação sobre a história de uma revolução de ex-escravos que forçou a abolição da escravidão e primeiro país independente da América Latina e suas marcas e desdobramentos na questão agrária.

Assim, espera-se que os leitores e leitoras possam dialogar com os ensaios e pesquisas em consonância com a fecunda e atual arguição do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003) ao afirmar que *“o campesinato no Brasil, segue sua já*

*longa marcha. Caminham em busca do futuro. Caminham lutando contra o capitalismo rentista que semeia a violência e a barbárie".* Por isso, urge debater e construir uma Geografia Agrária Crítica e Comprometida com as mudanças sociais, ambientais e territoriais em um país em constantes crises e crimes contra a democracia.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NA OBRA CINEMATOGRAFICA DE ADRIAN COWELL: UMA CARTOGRAFIA SANGRENTA DA AMAZÔNIA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.3681925061	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
“PROGRESSO” E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: O CASO DE SUAPE NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO	
Luísa Duque Belfort de Oliveira Mariana Vidal Maia Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.3681925062	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS EM JAPARATUBA/SE	
Handresha da Rocha Santos Sandra Andrea Souza Rodrigues José Eloízio da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925063	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>38</b>
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA ALAGOANOS DO AGRESTE E BACIA LEITEIRA: UM ESTUDO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA	
Emerson Siqueira Cavalcante Pinto Antonio Marcos Pontes de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3681925064	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>50</b>
CAMINHOS PARA EMANCIPAÇÕES: DISTRITOS E AGLOMERADOS RURAIS DE BURITIZEIRO – MG	
Amanda Alves Maciel Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.3681925065	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>65</b>
A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E A QUESTÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3681925066	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>75</b>
CAMINHOS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS EM TERRAS PÚBLICAS E ESTATAIS EM ÁREAS PEQUENAS E MÉDIAS NO ENTORNO DE CENTROS URBANOS: EXPERIÊNCIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA	
Francisco José Lima dos Santos Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.3681925067	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>88</b>
COMO AS ÁGUAS DO RIO, A VIDA É MOVIMENTO: PESCA E CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO RIO SÃO FRANCISCO	
Rafael Pereira Santos Roberta Alves Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3681925068	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>100</b>
A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO DE NOVA IGUAÇU APÓS A IMPLANTAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO	
Monica Martins Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925069	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>112</b>
POSSEIROS E ASSENTADOS DA RIBEIRÃO BONITO E O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA -SP: SEMENTES GERMINADAS NAS LUTAS OUTRORA	
Maria Celma Borges	
DOI 10.22533/at.ed.36819250610	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>129</b>
NEOEXTRATIVISMO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA, BRASIL	
Ivo Marcos Theis Marcos Antônio Mattedi Luis Claudio Krajevski	
DOI 10.22533/at.ed.36819250611	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>142</b>
A LINHA DE DESMONTAGEM NO FRIGORÍFICO DE FRANGO: O TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES DA NUTRIZA EM PIRES DE RIO-GO	
Fábio de Macedo Tristão Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.36819250612	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>151</b>
A QUESTÃO AGRÁRIA NA ORIGEM DAS MIGRAÇÕES HAITIANAS	
Alex Dias de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.36819250613	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>164</b>



## COMO AS ÁGUAS DO RIO, A VIDA É MOVIMENTO: PESCA E CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO RIO SÃO FRANCISCO

**Rafael Pereira Santos**

Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e  
Mucuri. Diamantina. Minas Gerais

**Roberta Alves Silva**

Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e  
Mucuri. Diamantina. Minas Gerais

**RESUMO:** Este artigo analisa as dinâmicas territoriais evidenciando a amalgama entre território, territorialidade e múltiplas identidades vivenciadas nos processos de expropriação e reapropriação do território da comunidade quilombola e pesqueira de Croatá, situada às margens do rio São Francisco, no Norte de Minas Gerais. Optou-se pela pesquisa multissituada que se efetiva na itinerância, com observações dentro e fora da comunidade. Os resultados indicam que a territorialidade se efetiva a partir de signos identitários imersos na sociodinâmica das águas na pesca do rio, nas vazantes, bem como nas terras do alto. A territorialidade dos pescadores (as) tem reconfigurado a noção do tradicional aglutinado em intensos processos de resistências ao buscar a reapropriação física dos territórios pesqueiros, enquanto uma proposta instituinte dos pescadores frente as forças instituídas do estado e do capital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pesca Artesanal; Movimento Social; Conflito territorial.

LIKE THE WATERS OF THE RIVER, LIFE IS  
MOVEMENT: FISHING AND CONFLICTS BY  
LAND AND WATER IN THE SÃO FRANCISCO  
RIVER

**ABSTRACT:** This article analyzes the territorial dynamics evidencing the amalgamation between territory, territoriality and multiple identities experienced in the processes of expropriation and reappropriation of the territory of the quilombola and fishing community of Croatá, located on the banks of the São Francisco river, in the North of Minas Gerais. We opted for the multisite research that is effective in roaming, with observations inside and outside the community. The results indicate that the territoriality is effective from the identity signs immersed in the sociodynamics of the waters in the fishing of the river, in the ebbing, as well as in the lands from above. The territoriality of the fishermen has reconfigured the notion of the traditional agglutinated in intense processes of resistance when seeking the physical reappropriation of the fishing territories, as an instituting proposal of the fishermen against the established forces of the state and capital.

**KEYWORDS:** Artisanal Fishing; Social movement; Territorial conflict

Em algumas comunidades pesqueiras, ao

longo do Velho Chico, em Minas Gerais, povoa no imaginário de muitos pescadores (as) o mito de surgimento do rio São Francisco na Serra da Canastra, onde se encontra a nascente. Para estes, o choro de saudades da guardiã interina da tribo, índia Irati, por seu esposo que foi a guerra, deu origem às águas do rio; o canal do rio, por sua vez, se deve às pegadas na terra dos diversos índios (as) que desceram de várias aldeias até o mar para lutar em favor de suas tribos. Longe de fazer uma interpretação hermenêutica do mito, ou traçar horizontes/limites que apontam para falseabilidade ou veracidade, é possível, a nosso modo de pensar, dois entendimentos éticos a respeito do mito: o primeiro entendimento nos indica que as águas do rio surgem de um sentimento profundo; o outro entendimento, nos indica que o caminho das águas do “Velho Chico” foi construído pelos pés de quem foi a luta.

O “Velho Chico, ao longo do sertão Norte Mineiro, no contexto de Minas Gerais, ainda é um celeiro de organizações sociais que estão em defesa de territórios de terra e de água enquanto indígenas, quilombolas, pescadores, vazanteiro ou na luta pela terra como camponeses que se organizam em seus respectivos movimentos sociais.

Silva (1988) afirma que a história dos pescadores (as) sempre foi silenciada no Brasil, além de observar a reprodução social da inexistência dessa categoria profissional e tradicional. Tal autor desenvolveu o primeiro trabalho de que se têm notícias sobre os movimentos na pesca. Seu recorte de abordagem foi o Norte e Nordeste do Brasil na temporalidade Colônia e Império. Das análises de Silva (1988) destacam-se as efetivas, por vezes, quase exclusiva participação dos pescadores nas seguintes lutas: guerra contra os holandeses, Independência da Bahia, Cabanagem no Pará, fim do tráfico interprovincial no Ceará e a revolta contra o pagamento do foro, em Olinda-PE.

Ao bordar uma temporalidade distinta 1920-2009 Callou (2014) desvela a falácia da existência de uma suposta paz pesqueira nacional ao verificar a reprodução social da inexistência na literatura e invisibilidade relegada costumeiramente às classes oprimidas no que tange a movimento social na pesca.

Convém salientar a pouca expressividade da produção de literatura sobre movimentos sociais na América Latina até a década de 1970 como um todo, o que é ainda mais escassa e “marginal” em se tratando de estudos sobre movimento de pescadores. Os movimentos sociais na América Latina segundo Gonh (2018) emergem e se tornam incidentes numa conjuntura política e social específica da década de 1970 de luta contra o autoritarismo militar, a dependência financeira, o neoliberalismo e a miséria recorrente. Observa-se, a partir de 1970, que os movimentos sociais vão se diferenciando da vertente convencional de viés político e partidário de esquerda. Ao nosso ver, tais movimentos emergem da multidimensionalidade da modernidade fluida e contra as contradições da modernidade.

Em se tratando de movimentos sociais latinos, Zibechi (2017) com vasto campo de pesquisas na área tem suscitado novas questões. Sua reflexão indica que o conhecimento sobre os movimentos sociais clássicos é pouco apropriado para se pensar os novos movimentos sociais, posta a diversidade de sujeitos que se organizam

em outras lógicas, e, aqui, ele insere grupos quilombolas, indígenas e feministas que emergem com outras racionalidades e na interface dos movimentos sociais

Resulta importante destacar el nacimiento de nuevos movimientos, en casi todos los países, que encarnan las opresiones más acuciantes, derivadas del crecimiento exponencial del extractivismo depredador, de los feminicidios y de la violencia estructural contra los pobres. Nuevos sujetos colectivos ocuparon el centro del escenario social y político que durante largo tiempo había sido casi monopolizado por los trabajadores organizados en sindicatos, desde el siglo XIX (ZIBECHI, 2017, p. 2).

Estes novos movimentos latinos, segundo Zibechi (2017), têm algumas características comuns: a cosmologia distinta da visão ocidental, caso dos indígenas; o cheguevarismo militante e a Teologia da Libertação. Tais tendências são observadas na resistência destes grupos frente às crises e reformulação do capital neoliberal, seja nas fazendas, seja nas fábricas.

Estas crises têm possibilitado a territorialização dos novos movimentos sociais que buscam recuperar suas terras, sua autonomia em relação aos partidos políticos, sua identidade, a formação de seus intelectuais, além da preocupação com a organização do trabalho e relação com natureza, posto que os meios de produção e a propriedade são partes significativos e devem ser enfrentados no campo e na cidade. Daí emergem outras grafias e práticas de relações sociais em busca de um novo mundo novo possível nas brechas do capitalismo, na últimas duas décadas.

Las nuevas territorialidades son el rasgo diferenciador más importante de los movimientos sociales latinoamericanos, y lo que les está dando la posibilidad de revertir la derrota estratégica. A diferencia del viejo movimiento obrero y campesino (en el que estaban subsumidos los indios), los actuales movimientos están promoviendo un nuevo patrón de organización del espacio geográfico, donde surgen nuevas prácticas y relaciones sociales. La tierra no se considera sólo como un medio de producción, superando una concepción estrechamente economicista. El territorio es el espacio en el que se construye colectivamente una nueva organización social, donde los nuevos sujetos se instituyen, instituyendo su espacio, apropiándose material y simbólicamente (ZIBECHI, 2017, p. 48).

Em relação aos novos movimentos sociais Gonh (2004) chama a atenção para pensar o desafio de superar as fronteiras das demandas dos fenômenos locais que tendem a não absolver as demandas gerais. Nesta perspectiva, no bojo dos novos movimentos sociais, há segmentos que possuem especificidades históricas e tendências comuns, a exemplo daqueles que têm problemas sociais originários do capitalismo e que pautam a busca pelo acesso e uso equilibrado/irrestrito dos elementos da natureza – numa perspectiva do ecologismo social, a exemplo dos pescadores artesanais.

Alentejano (2018) pondera que os novos movimentos sociais devem ensejar expressões mais gerais de classe que se posicionem nas ações sociais e no conflito agregando-se nas questões do mundo do trabalho e do capital. Assim, os novos movimentos sociais e territoriais do campo brasileiro, se constroem na busca de forjar os territórios próprios, e, no curso deste caminho buscar forjar a identidade de classe.

Cabe salientar que a realidade social da luta dos pescadores-quilombolas do

Norte de Minas nos aponta para uma questão contrastiva em relação aos objetivos e finalidades do escopo das concepções e projetos stricto sensu da esquerda tradicional. É preciso reconhecer, estes sujeitos não vendem a sua força de trabalho diretamente para um patrão, a exemplo dos operários urbanos e assalariados do campo, assim como se entendem enquanto classe trabalhadora da pesca. É preciso ponderar também que o capitalismo engendra outras formas de relação de produção para além da tipicamente capitalista, a exemplo, do assalariamento que não tem uma única fonte histórica.

No âmbito dos movimentos sociais na pesca, Callou (2014) e Silva (1988) os consideram como espaços coletivos, contestatórios e de resistência contra as estruturas de opressão que tem solidificado uma identidade nacional de trabalhadores da pesca.

Os movimentos sociais de pescadores artesanais são processos políticos sociais construídos como expressão coletiva de lutas, resistência e poder dos pescadores e pescadoras, os quais a partir de seus interesses, conflitos e disputas desenvolvem uma identidade coletiva, que luta pela manutenção de seus bens materiais simbólicos e pelo acesso irrestrito aos recursos naturais de seus territórios. (CALLOU, 2014, p. 119).

É preciso considerar, segundo Diegues (2004), que no interior das organizações de pescadores, em âmbito internacional, há uma dupla tendência: uma patronal-proletária influenciada pelo Chile e a segunda pela não proletarização, puxada pela Índia e Brasil. Para Diegues (2004), o Movimento dos Pescadores (as) do Brasil (MPP) e a Pastoral dos Pescadores (CPP) são contra a proletarização do pescador. O CPP se nutre do horizonte da Teologia da Libertação – TL. O método da TL centra-se no ver-julgar-agir na realidade. Segundo Silva (1988) a ação do CPP tem como missão denunciar todas as formas de repressão e colaborar para que os pescadores protagonizem as mudanças das estruturas que geram a opressão. Outrossim, o pescador Constituinte salienta:

Nas Colônias não dava, ela não era entidade de classe, os interventores eram o pessoal da marinha de guerra. Na época quem ajudava nós a articular no plano nacional eram os partidos de esquerda e a Igreja Católica. Eles ajudavam a fortalecer as redes com outros estados e outros trabalhadores com as formações lá em Olinda, na sede Nacional do CPP. Ali nós já discutíamos a questão da reforma agrária para que o pequeno pudesse ter um pedaço de terra para produzir, seja os trabalhadores com registro e sem registro. Daí também nós organizamos no combate contra o Regime Militar nas reuniões nos sindicatos e nas associações. (Benedito Matias Porto, 66 anos).

Se por um lado, o CPP fortalecia os pescadores (as) artesanais em redes nacionais, por outro lado, a intensificação da organização dos pescadores, aos poucos, desvelava claramente os conflitos silenciados entre Marinha e pescadores (as). Um dos pontos cruciais das divergências eram demandas por territórios de pesca, que não eram temas de discussão nas colônias e que se sobrepunham às áreas de interesse da Marinha.

Nas Colônias de pescadores do rio São Francisco não se fazia discussão territorial em razão de que elas estavam nas mãos dos interventores da Marinha dos portos. Na beira do Velho Chico não podia fazer casas de alvenaria, mesmo que os pescadores estivessem ali por gerações (Josemar Alves Durães, 59 anos).

É notório ressaltar que o apoio do CPP aos pescadores é de um “mediador sociopolítico importante nas lutas ambientais, direitos trabalhistas, previdenciários e direitos territoriais” (Diegues, 1995, p. 22). Convém elucidar que as Colônias eram tuteladas pela Marinha desde 1920, o que mudou somente nos resultados finais da Constituição do Brasil de 1988, que lhe confere o direito de ser entidade de classe.

Eram duas vagas para ser delegado constituinte para o estado do Espírito Santo. O curioso foi que Minas não teve vaga de pescadores delegados constituintes, sabe? O primeiro mais votado no estado foi um ex-combatente da Marinha e eu fui o segundo. Nós íamos para Brasília e Recife nas reuniões da pastoral com o apoio das redes. Na época a pauta principal era colocar aspectos do trabalho da pesca dentro da discussão da constituinte. A Colônia não era entidade de classe e vivia na tutela da Marinha, do Ministério da Agricultura e da Superintendência da Pesca. A pauta dos territórios não entrava, porque tudo era a revelia da Marinha. Com a constituição de 1988 tivemos uma base jurídica tanto para livrar da tutela da Marinha e para o setor da pesca. A discussão foi ampla, mas não deu para fomentar tudo, mas algumas coisas entraram na Constituição (Benedito Matias Porto, 66 anos).

Paralelo a constituinte, emerge o contexto onde se multiplicam vários movimentos sociais, dentre eles, o movimento dos pescadores que buscou fomentar a construção de uma articulação nacional de pescadores para propagar, defender e ampliar os direitos, a ser materializado, preliminarmente, no Movimento Nacional de Pescadores (Monape) como dinamizador das pautas. Como se pode observar, a literatura sobre movimentos sociais na pesca em Minas Gerais é demasiadamente escassa e incipiente. Por tal razão, busca-se evidenciar dentro da organização cotidiana da comunidade e nos embates externos à comunidade o fio condutor e metodológico da pesquisa.

## **APORTE METODOLÓGICO DA PESQUISA MULTISSITUADA**

Nesta pesquisa, optou-se pela pesquisa de campo multissituada conforme propõe Marcus (1991), ao partir da premissa de que as pesquisas podem ser melhor desenvolvidas quando se utiliza no desenvolvimento do método possibilidades que busquem interpretar outros espaços que não sejam somente a comunidade. Deste modo, a percepção de Marcus (1991) aponta que a etnografia contemporânea se vê obrigada a abandonar uma perspectiva de análise que parte unicamente da experiência explicada em um nível local e/ou procurar o atendimento de um ponto de vista global, posto que “ambos” são de algum modo dimensões que emergem de um e outro lugar que se pretende abordar. Para este, os fundamentos do local e do global podem ser melhor compreendidos se pensados como dimensões que estão em rede. Esse deslocamento, para além do binarismo, coloca em questão a necessidade de trazer para a “reflexão antropológica o modo como as vidas coletivas e individuais

são negociadas nos lugares onde o pesquisador faz suas pesquisas de campo” (MARCUS, 1991 p. 197). Portanto, essa pesquisa foi desenvolvida em uma trilha e em dois espaços: na comunidade e nos espaços de reivindicação de direitos do Estado ligados aos direitos humanos e de regularização territorial.

## **O MOVIMENTO DOS PESCADORES POR TERRA E ÁGUA EM CAMPANHA PELOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS: “CERCA NAS ÁGUAS E NA TERRA DERRUBAR”!**

A expropriação da terra e água das comunidades tradicionais do Norte de Minas, posteriormente tornados ativos do Estado, foram, em boa medida, transfigurados em mercadoria na corrida de fazendeiros e empresários aos incentivos fiscais do Estado que se sobrepuseram a um modo de vida tradicional. É no bojo do processo da experiência expropriatória e de retomada do território tradicional de direito, que Croatá se insere no MPP. O MPP é um destes movimentos insurgentes que se pauta contra a acumulação do capital por expropriação, contra o desenvolvimentismo, e, não necessariamente, uma perspectiva de engajamento político com aspiração de tomar o Estado.

O MPP assumiu o que a Marinha nunca ia fazer e o que o Monape e as Colônias, de modo geral, não quis enfrentar, porque o MPP observou que os pescadores estão perdendo as áreas de trabalho e morada para imobiliária, petroleiros e fazendeiros. Ele perde a noção de origem e trabalho. Na Constituinte, veio a necessidade de formar um corpo organizativo que deu origem ao antigo Monape para dar conta de fazer nas bases aquilo que não conseguimos que entrasse na pauta. (...) O problema foi que o Monape partiu para entrar no poder das Colônias e deixou de ser combativo, caiu na lógica do poder e na burocracia das Colônias, mudou o perfil da visão. É aí que o MPP surge e permanece até hoje defendendo os direitos do setor da pesca e os territórios ameaçados pela economia desenvolvimentista que impacta no território das nossas comunidades tradicionais. (Benedito Porto, 66 anos).

É no contexto fisiologismo do Monape que emerge o MPP (cujo marco temporal é 2009, na Conferência Paralela, em Brasília). Daí que o Monape se restringe atualmente a um escritório no Maranhão. O diferencial do MPP para o Monape, no nosso entendimento, está na busca de se fortalecer nas bases e influenciar as demandas nacionais enfrentando a expropriação territorial, a superação do desenvolvimentismo e a proteção dos ecossistemas enquanto um projeto coletivo de pescadores (as) artesanais articulados na luta por territórios pesqueiros e na afirmação de uma identidade coletiva de pescadores, contexto em que se insere a comunidade de Croatá.

O MPP, ao pautar a defesa dos territórios em processo ou expropriados, se insere no contexto de conflitos por água e terra que, de maneira geral, foram tratados de modos diferenciados no Brasil, enquanto o primeiro foi silenciado, o segundo conflito sempre foi fenômeno explicitado e tema de interesse dos estudiosos. Os conflitos silenciados pela Marinha e Colônias eram vivenciados no cotidiano das comunidades pesqueiras há décadas e por isso, essas populações desejam terras e águas livres,

conforme salienta seu Euclides: “Quem vive em água é peixe, pescador e pescadora vive na terra e trabalha na água”, portanto, ambas são unidades indivisíveis. A água se encontra em simbiose à terra, seja ela subterrânea, superficial ou pluviométrica. No modo de produção capitalista água e terra são tidas como meio para garantir a vitalidade do modo de produção capitalista.

Portanto, a água e a terra, numa escala maior, se encontram na interface do mesmo polo, em se tratando dos pescadores e (as) artesanais do Brasil. A água tem sido apropriação pelo capital para o desenvolvimento do agrohidronegócio. O agrohidronegócio representa os novos senhores de sesmaria das terras e das águas. A noção de território enquanto lugar de vida para os pescadores-quilombolas-vazanteiros do São Francisco coligem um processo de síntese histórica de origem de trabalho-vivência-moradia, questão que não é unânime e convergente para todos os pesquisadores de movimentos sociais na pesca, especialmente, de região marítima, como é o caso de alguns pescadores (as) do Recife-Olinda, centro das discussões de Callou.

No caso do setor pesqueiro, embora a terra seja importante, como estrutura produtiva, pois nela os pescadores constroem seus abrigos para seus apetrechos e embarcações de pesca (as caiçaras), não é um meio de produção. O que é óbvio, pois não é objetivamente na terra que a atividade pesqueira se concretiza. Isso quer dizer que a sujeição ao capital do pescador não se dá da mesma forma do campesinato, nem um movimento de pescadores não teria a reforma agrária como pauta apesar da especulação imobiliária nas praias (CALLOU, 2014, p.41).

Ao entender desta pesquisa, a dificuldade de compreensão do importante autor supracitado se encontra em sua noção de território pesqueiro, como mero meio de produção acrescido de um breve esquecimento do contexto histórico de expropriação das áreas agricultáveis e de moradia dos pescadores (as) no país. Cabe registrar que, Pernambuco-PE, estado em que o pesquisador acima desenvolve suas pesquisas, não somente aderiu à Campanha pelos Territórios Pesqueiros do MPP, mas aprovou a primeira Lei de Política de Pesca Artesanal do Brasil, bem como, já regulamentou a Lei via decreto associando a identidade do pescador (a) à terra e a água no decreto em seu artigo 2º, inciso V.

Territórios tradicionais pesqueiros: as extensões, em superfícies de terra ou corpos d'água, utilizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras para a sua habitação, desenvolvimento de atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, à sua reprodução física, social, econômica e cultural, de acordo com suas relações sociais, costumes e tradições, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico (LEI, Nº 15.590 de 2015).

No caso das terras crescentes do São Francisco no Norte de Minas, e se levarmos em conta as lideranças do MPP e CPP em âmbito nacional e regional, entende-se que os territórios pesqueiros se compõem de água-terra (lugar para pescar, morar, viver e celebrar a vida) junto aos mares, rios, açudes e barragens são condições primárias para o etnoenvolvimento das comunidades pesqueiras, sendo assim, a regularização

dos territórios de água e terra urgentes e necessários, ao contrário do que postula Callou (2014). O óbvio é a necessidade de regularização territorial e o silenciamento acrescido das violação de direitos dos pescadores. Deste modo, a privatização dos espaços da água e terra coloca em risco o espaço de trabalho, de morar e reproduzir a existência dos quilombolas-pescadores.

Nós pescava e tinha os barracos no alto, aí o fazendeiro não deixou nós pescar lá. O fazendeiro falou que nós tínhamos que pescar dentro d'água. Uns fizeram a cama dentro d'água, porque tinha barco que entrava água. Quem tinha barco que não entrava água fincava uma vara na água e amarrava o barco **porque no seco ele não** deixou. Foi uns 20 anos que nós ficamos assim na beira do território de Croatá. Seu Marculino fincou 4 forquilhas e atravessou duas varas e colocou uns sacos de linhagem, sabe? E lá ele fez a cama, porque o Iran Moura, não deixava não. (Euclides Batista de Souza, 64 anos)

Segundo o CPP (2016) o conflito de Croatá está no bojo dos 29 casos emblemáticos da bacia do Velho Chico atualmente, sendo os principais causadores de tais conflitos os grandes empreendimentos e barragens “responsáveis por 75% dos casos de apropriação indevida das terras públicas e expulsão de 50 mil famílias de seus territórios” (CPP 2016 p. 85-86).

A identidade social da comunidade de Croatá enquanto pescador-vazanteiro-quilombola do São Francisco, como expôs uma pescadora-quilombola de Croatá na Comissão Federal do Direitos Humanos reitera a simbiose terra-água-povo: “Nós somos uma comunidade tradicional, vivemos da terra e da água e não temos outro lugar para trabalhar.” A terra e água são expressões de trabalho, identidade e lugar dos pescadores-vazanteiros-quilombolas de Croatá.

Deste modo, os crescentes e históricos índices de conflitos entre pescadores-vazanteiros-quilombolas e fazendeiros-empresários nos município que margeiam o rio São Francisco, fez emergir duas ações do Estado, a primeira se materializa no Projeto Dinâmicas do São Francisco e segundo numa proposta de Projeto de Lei de regularização dos territórios das Comunidades Tradicionais pesqueiras.

### **O projeto Dinâmicas do São Francisco e o Projeto de Lei para pescadores**

O projeto Dinâmicas do São Francisco iniciou em 2016 a partir da parceria entre o MPF, Procuradoria da 6ª Câmara de Povos Tradicionais e Superintendência do Patrimônio da União (SPU-MG). A demanda proposta por tais órgãos partiu do princípio de que os territórios se encontravam em parte, outras vezes na sua totalidade em área de domínio da União, isto é, terras do Estado, que podem ser cedidas aos pescadores-quilombolas por meio de um Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS).

O reconhecimento territorial é inerente e constitui verdadeiro pressuposto no processo de conquista dos direitos, não apenas territoriais, dos povos e comunidades tradicionais. No caso das comunidades vazanteira, quilombolas, pesqueiras e indígenas, que habitam as margens de um rio federal, como o Velho Chico, estamos falando de áreas de indiscutível domínio da União. Por isso, a



parceria com a SPU é fundamental ao empoderamento dessas comunidades, com o devido reconhecimento dos territórios onde habitam e exercem, de modo sustentável, suas atividades (Edmundo Dias Neto Junior – Procurador da República de MG, 2018).

Entretanto, na medida em que a SPU de Minas e Brasília são pressionadas por pescadores-quilombolas, os representantes dos fazendeiros, por meio de seus respectivos deputados e prefeitos têm pressionado e paralisado as demarcações conforme noticiou o jornal Gazeta do Norte (2018). Os procuradores, por sua vez, constataam a inoperância da SPU:

A demarcação das áreas da União tem prazo até 2020. É preciso que demarque as áreas da SPU, patrimônio da União, às margens do rio São Francisco em relação as comunidades que cumpriram as exigências burocráticas. Hoje o ambiente no Norte de Minas é de intranquilidade social. Fui até a comunidade de Croatá e vi como a área está bem preparada, com o uso tradicional e não predatório dos recursos naturais. Isso já habilita a titularidade, a ter um Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). (Eliana Toreli, procuradora da 6ª Câmara em Brasília).

### O pescador Benedito observa a força do capital sobre o Estado:

Os pescadores buscam a cultura do bem viver e tem os interesses econômicos e financeiros que vão defender o acúmulo de riqueza. São duas fontes que não andam juntas – por isso que tem conflito entre as comunidades tradicionais e o capital. A SPU está nas mãos de políticos que são financiados pelo capital. O superintendente da SPU de Minas não tem interesse de regularizar território. (Benedito Matias Porto, 66 anos).

Embates na SPU evoluem para uma correlação de força desproporcional. Em meio ao conflito, etapas burocráticas, procrastinação nas decisões de âmbito político e técnico pautadas pela influência do capital em tal órgãos. A construção da identidade dos pescadores do rio São Francisco se configura no conflito e na afirmação coletiva de significados comuns e pertença a este lugar. A apropriação social coletiva, a territorialidade, tem sido efetivada na busca da autonomia e na resistência enquanto quilombolas e pescadores.

O projeto democrático é o esforço, ainda não realizado, encarnado nas instituições, por pouco que se possa fazer da autonomia individual e social. Em outras palavras, o projeto anda junto com a emergência e a afirmação da capacidade da sociedade de colocar em questão suas instituições e mudá-la. (CASTORIADIS, 1989, p. 82).

Se por um lado Castoriadis afirma a existência de uma racionalidade da sociedade instituída com tendência determinista e baseada na heteronomia, por outro lado, aponta outra saída em busca da transformação da sociedade instituinte em vista da autonomia, uma vez que os movimentos sociais podem subverter a ordem societal e modificá-la, posto que o homem é ser construtor de sua história. A busca por efetivar o imaginário instituinte de terras e águas livres se mostra como uma desordem para a ordem societal instituída.

A questão não é substituir a sociedade, mas adequá-la para que esta comporte os anseios de território dos sujeitos que a constitui. Assim, a partir de um caminho legal, buscam traçar ações contra a lógica estatal que impôs a Superintendência de

Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE que inseriu a região no agrohidronegócio e desenvolvimentismo que atraiu as empresas ávidas pelos incentivos fiscais fáceis, que posteriormente geraram violência, miséria e expropriação nas terras e águas dos pescadores. Na perspectiva de Castells (1999), as identidades são forjadas nos diversos contextos, podendo ser distinguidas da seguinte maneira:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes. A identidade de resistência criada por atores em posição desvalorizadas/estigmatizadas pela lógica de dominação e a Identidade de projeto quando os atores sociais utilizando de qualquer tipo material cultural busca a transformação de toda estrutura social. (CASTELS, 1999 p. 24).

Segundo Santos e Silva (2018) a identidade de resistência é construída em trânsito para a identidade de projeto e se fortalece na medida em que questiona a acumulação de capital por expropriação para o agrohidronegócio. A identidade destes sujeitos coletivos são legitimadas como modalidades existentes de re-existência na dinamização de uma racionalidade alternativa societal.

É uma luta por direitos e um projeto político dos sujeitos tradicionais, conforme aponta a pescadora Maria das Dores: “É preciso fazer uma grande aliança das comunidades do São Francisco para lutar e garantir direitos. A campanha pelos territórios pesqueiro é uma escola para se aprender” (Maria das Dores Pereira, 50 anos). Assim, o MPP emerge como rede de comunidades educativas, onde estes sujeitos coletivo constroem seus modos de aprender a defender o território. O termo luta evidencia a vivência cotidiana dos pobres em busca da dignidade e cumprimento de sua responsabilidade em relação à família. O estar na luta é relacional a pertencer e envolver-se nas demandas da comunidade em “uma política de identidade e não uma identidade política” (GONH. 2018, p. 9) que se sustenta na campanha pelos territórios e se materializam em ações coletivas de resistência concretizada em Croatá na desobstrução das cercas, antes dominadas por fazendeiros, que impediam o acesso aos direitos básicos e a vivencia da relativa autonomia.

A Campanha pelo Território Pesqueiro, em síntese, propõe a coleta de 1% das assinaturas do eleitorado brasileiro para propor um projeto de iniciativa popular junto ao Congresso e Senado. Sua inspiração advém do decreto quilombola 4887/2003, isto é, perpassando pela autoidentificação e etapas de regularização territorial.

Em meio aos conflitos, os pescadores (as) de Minas têm defendido um Projeto de Lei estadual - PL 4.866/2017 - que está em tramitação na (ALMG). Este projeto de Lei é resultante da provocação do MPP ao governo do Estado, tendo em vista o alto índice de conflito entre pescadores-vazanteiros no Norte de Minas com empresários-fazendeiros.

O processo de diálogo com pautas das populações tradicionais é oportuno com o Estado, entretanto, são correlações de forças desproporcionais, o que por hora lhes exigem parcerias. Foi possível constatar na primeira análise do projeto, pontos críticos desfavoráveis aos pescadores (as) artesanais. Por trás do nivelamento está o intuito

do estado mineiro de tornar os pescadores (as) proletários de turistas. O zoneamento da pesca em Minas Gerais objetiva atender os empresários de clubes náuticos e a pesca amadora, respectivamente, no rio Grande e no rio Paranaíba, conforme aponta o artigo 21º do PL. Quanto ao zoneamento, caso a lei seja aprovada, os pescadores pretendem acionar o direito à consulta prévia aos povos tradicionais, a exemplo, do Decreto nº 5.051, centrado na Convenção 169. Apesar destas dificuldades, ainda assim, as comunidades do São Francisco têm expectativas no PL, posto que ele vislumbra criar os territórios de pesca.

Artigo 5º - Territórios tradicionais pesqueiros correspondem as extensões, em superfícies de terra ou corpos d'água, utilizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras para a sua habitação, desenvolvimento de atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, bem como à sua reprodução física, social, econômica e cultural, de acordo com suas relações sociais, costumes e tradições, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico. (PL 4.866/2017, ALMG, 2018 p. 2).

A proposição de um PL e a articulação de uma política de regularização de áreas da União em Minas para as comunidades quilombolas e não quilombolas é resultante da defesa cotidiana dentro e fora da comunidade, sendo, portanto, expressões da territorialidade do MPP no Norte de Minas. Sua territorialidade se dá na construção do contra-espço que os insere no trânsito da identidade de resistência para a identidade de projeto em vista de garantir o seu lugar de morar-viver-trabalhar. No ritmo das águas, e, “acompanhando o rio na pesca e na vazante, nos lugares de terra e de água, tais sujeitos têm traçado seus limites ecológicos e territoriais, conforme elenca a Carta Política do Congresso dos Pescadores do Rio São Francisco em Petrolina-PE: “o território pesqueiro acompanha o ritmo incessante das águas cujos limites são invisíveis” e por isso é preciso “tirar as barragens para devolver a vida e o espírito do rio”. A descrição do território do ser-pensar-fazer e do morar-viver-trabalhar do pescador-quilombola do São Francisco vai sendo instituído na resistência no ritmo das águas e em movimento para defende-lo em seu sentido físico e simbólico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica territorial experienciada pela Comunidade Quilombola, Pesqueira e Vazanteira de Croatá foi o núcleo investigativo desta pesquisa. Estes sujeitos coletivos de direitos organizados sob a noção de povos e comunidades tradicionais têm empreendido ações de territorialização que tem possibilitado a emersão do tradicional reformulado. A reformulação está no fato de que estes não se coadunam com a concepção externa que lhes atribuíram uma condição de sujeitos de um passado a ser superado ou partícipes da marcha inexorável que os subsumiriam. Ao contrário, os tradicionais têm emergido para além de meros receptáculos ou depositários de uma cultura imersa em um invólucro perspectivista dinamizado pelo transitório e

amorfo. Os tradicionais, no entendimento desta pesquisa, têm emergido nas fissuras das contradições da modernidade, por vezes, problematizando as questões fundantes que dinamizam a reprodução social da acumulação do capital por expropriação, e, dentre outras razões, não se desvinculam da identificação de sua existência de classe social que se dá em um horizonte organizativo diferenciado da esquerda tradicional e ocidentalizante.

## REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo. R. R. Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. In: MARAFON, Glauco. J. RUA, João. RIEBIRO. Miguel. A. (orgs.). Abordagem teórico-metodológica em geografia agrária. Rio de Janeiro. Eder, 2007.
- CALLOU, Ângelo B. F; LIMA, Maria J. A. Movimentos Sociais de pescadores em Pernambuco 1920-1983. In: CALLOU, Ângelo B. F. (org.). Movimentos sociais na Pesca. Recife: Fasa, 2014. p. 15 – 114.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo, Paz e Terra, 1999. P. 1 -70.
- CASTORIADIS, Cornélius. As significações Imaginárias. Paris, 1986. p. 63-89
- GAZETA NORTE MINEIRA. Disponível em: <https://gazetanortemineira.com.br/noticias/regional/amams-pede-spu-discussao-sobre-a-demarcacao-de-terras-no-vale-do-sao-francisco>> Acesso em 26 de maio de 2018.
- GONH. Maria G. Teorias sobre os movimentos sociais: o debate contemporâneo - Unicamp. 2018 p. 1-19.
- MARCUS, George E. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial Rev1.1ta de Antropologia. São Paulo, USP, nº. 34 , 1991, p. 197-221.
- OIT - Organização Internacional do Trabalho. Convenção 169. Genebra, 1989.
- PROJETO DE LEI* Nº 4.866/2017. Política Estadual de Proteção a Fauna Aquática e de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, Belo Horizonte, 2017.
- SANTOS, Rafael P; SILVA, Roberta A. Des-envolvimento estatal e populações tradicionais do Rio São Francisco no Norte de Minas. Brazilian Applied Science Review. Curitiba, v.3, n. 2, p. 1083-1107, mar./abr. 2019.
- SILVA, Luís G. Os pescadores na História do Brasil. V. 1. Colônia e Império. Recife, Vozes, 1988.
- ZIBECHI, Raul. Movimientos sociales en América Latina: El “mundo otro” en movimiento. Desdeabajo, Bogotá, 2017.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA** Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Agroecologia, Alimentação e Saúde (2014), Gestão Ambiental (2015), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018), Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2 (2019) entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-436-8

